

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO ESPECIAL Nº 1.649.154 - SC (2017/0013219-2)

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : SANTINVEST S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS  
**ADVOGADOS** : MARCELO RAMOS PEREGRINO FERREIRA - SC012309  
HENRIQUE GUALBERTO BRÜGGEMANN E OUTRO(S) - SC025608  
**RECORRIDO** : ROBERTO SCHAADT  
**ADVOGADOS** : LUIZ ANTÔNIO SCHRAMM CARRASCOZA - SC016833  
ISOCLEY BOSSI - SC018086  
MARCELO FRANCISCO MATTEUSSI - SC025915  
ELOISA BREHMER - SC036351  
SAMUEL GAERTNER EBERHARDT - SP270762  
RAQUEL SCHWINDEN - SC025983  
**INTERES.** : BENEFIOS RECICLAGEM TÊXTIL LTDA

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AÇÃO DE EXECUÇÃO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA. INTIMAÇÃO DO TERCEIRO GARANTIDOR. SUFICIÊNCIA.

1. Ação de execução de título executivo extrajudicial.
2. Ação ajuizada em 06/06/2012. Recurso especial concluso ao gabinete em 31/01/2017. Julgamento: CPC/2015.
3. O propósito recursal é definir se, na ação de execução com garantia hipotecária, os terceiros garantidores precisam ser citados para figurar no polo passivo da lide ou se basta que haja a intimação dos mesmos acerca da penhora, para que haja a expropriação do bem.
4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pelo agravante em suas razões recursais, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
6. A intimação do terceiro garantidor quanto à penhora do imóvel hipotecado em garantia é suficiente, não sendo necessário que o mesmo seja citado para compor no polo passivo da ação de execução.
7. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido.

### ACÓRDÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, por unanimidade, conhecer em parte do recurso especial e, nesta parte, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 03 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

Republicado por determinação da Ministra Relatora

